

ECONOMIA DO COTIDIANO: CRÍTICAS CONTRA DENOMINAÇÕES EUROCÊNTRICAS DE ALGUMAS CATEGORIAS DE TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU.

EVERYDAY ECONOMY: CRITIQUES AGAINST EUROCENTRIC DESIGNATIONS OF CERTAIN WORK CATEGORIES IN GUINEA-BISSAU.

*Aparicio Marques Vieira**

Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre as complexidades ou ambiguidades por trás do conceito da informalidade empregado de maneira exógena para caracterizar as instituições ou formas de trabalhos no sul global, especialmente na Guiné-Bissau, como ilegal, subalternos, inferiores, informais etc. por não estar enquadrado dentro do padrão colonial europeia. Procuramos, por meios de autores/as que pesquisam sobre a informalidade, apresentar as complexidades existentes em universalizar o conceito sem levar em conta as especificidades locais e regionais de cada contexto (CERQUEIRA, 2008). O conceito pode ajudar na leitura de algumas categorias de trabalhos, assim como se pode dar de modo ao contrário (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004), uma vez que, estas realidades ainda se fazem presentes no modo de produção e nas formas de trabalhos pré-coloniais. As realidades sobre as quais investigamos precisam se livrar da classificação dualista. A partir desse desafio metodológico para classificação destas formas de trabalhos no sul global, apropriamos de termo “economia do cotidiano” para denominar estes tipos de trabalhos, com o intuito de escapar do dualismo eurocêntrico. A respeito da melhor compreensão de debate, adotamos a teoria decolonial como pressupostos teóricos para entender o binarismo classificatório adotado durante o período colonial para classificação do outro como inferior. A decolonialidade surgiu como uma perspectiva teórica que vai contrapor a universalização do conhecimento europeu, demonstrando que outras realidades produzem os seus próprios modos de vida. A partir dessa teoria construímos um termo sociológico para denominação de trabalhos, que escapam da categorização dualista eurocêntrica nos contextos do sul global, a Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Economia cotidiano. Denominações eurocêntricas. Trabalhos. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This article looks at the complexities or ambiguities behind the concept of informality used exogenously to characterize institutions or forms of work in the global south, especially in Guinea-Bissau, as illegal, subordinates, inferior, informal, etc. for not fitting into the

Artigo Recebido em: 01/08/2023, Aceito em 30/12/2024.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p.45-64, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

European colonial pattern. We searched for authors who research on informality, where they show the complexities in universalizing the concept regardless the local and regional specificities of each context (CERQUEIRA, 2008). The concept can help in the reading of some categories of works as well as the other way around (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004), once these realities are still present the production mode and pre-colonial forms of works present, therewith, these realities escape dualistic classification. From this methodological challenge to classify these forms of work in the global south, we appropriate the term "everyday economy" to denominate these types of work, to escape from this Eurocentric dualism. For a better understanding of the debate, we adopt decolonial theory as theoretical assumptions to understand the classificatory binarism adopted during the colonial period to classify the other as inferior. Decoloniality has emerged as a theoretical perspective that oppose the universalization of European knowledge by demonstrating that other realities produce their own ways of life. From this theory, we built a sociological term to denominate works, which escape the Eurocentric dualistic classification in the contexts of the global south, Guinea-Bissau.

Keywords: Everyday economy; Eurocentric denominations; works; Guinea-Bissau.

*Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A ciência ocidental moderna/cartesiana tem por base a criação de conceitos para explicar determinados fenômenos. Ao mesmo tempo em que se universalizavam as realidades sociais, criavam-se também dicotomias para denominar as realidades que não são capturadas pelo modelo europeu, exemplo: rural x urbano; moderno x tradicional; científico x mito; civilizado x selvagem; formal x informal, entre tantas outras formas de classificação. Teorias como o darwinismo social, o evolucionismo, a eugenia, fizeram parte deste pacote que prega uma evolução linear que todas as sociedades têm que passar (FONSECA, 2022). Estas produções eurocêntricas das realidades do sul global, especialmente do continente africano, serviram de base para fundamentação da barbaridade que ocorreu durante a colonização (FONSECA, 2022). As dicotomias criadas pela ciência moderna eurocêntrica, funcionam como colonialidade de poder, que vai operando como forma de marginalização, exclusão de tudo que é diferente da realidade europeia (QUIJANO, 2009; GROSFUGUEL, 2008; FONSECA, 2022).

O presente artigo busca demonstrar que a categoria "informal" empregada sobre algumas formas de trabalhos na Guiné-Bissau não consegue explicar a complexidade dos mesmos, uma vez que, estas realidades ou contextos estão

além dos dualismos eurocêntricos. Nas sociedades africanas, especialmente na Guiné-Bissau, os modos de produções e formas de trabalhos pré-coloniais, continuam se fazendo presentes em certas localidades, mesmo com o processo da globalização que não possui mais limites fronteiriços. Os modos pré-colonial de organização social, configuram-se como a forma de resistência aos modelos de dominação do regime de controle monetário exercido pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que vêm estabelecendo as formas que os países do Sul, especialmente os africanos, devem investir suas economias gerando mais desigualdades sociais. De forma a explicar os limites do conceito de informalidade, mobilizados por vários autores/as, que tecem críticas à universalização do conceito e a não consideração das realidades locais ou regionais.

O horizonte metodológico desse artigo parte do pressuposto teórico decolonial que surgiu no ano de 1990 como uma resposta às teorias eurocêntricas produzidas a partir do norte global para classificar o povo do sul global. Estas epistemologias vêm como uma ferramenta que vai demonstrando que os conhecimentos produzidos a partir do norte global não podem ser tomados como universal, porque outras realidades também produzem conhecimento. Usar os contextos do Norte como parâmetros para classificar outras realidades, é como dizer que os sujeitos do sul global, são inferiores, submissos e improdutivos. Nesse sentido, a decolonialidade emerge como uma forma de frear as teorias eurocêntricas que denominam os sujeitos do sul global com um olhar estereotipado e discriminatório.

A teoria reúne nomes de pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com diferentes perspectivas dentro dessa corrente epistemológica: Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Ramón Grosfoguel, Joaze Bernadino-Costa, Enrique Dussel, María Lugones, Walter Mignolo, Silvia Rivera Cusicanqui, dentre outras/os. As teorias produzidas pelos/as intelectuais nas décadas 90 até hoje vão tencionar muito com forma universal de produção de conhecimento que toma Europa como centro de produções científicas. Subalterniza as contribuições de povos das Américas, África, Ásia, Oriente nos processos das modernidades (FONSECA, 2022).

As produções científicas no campo das ciências sociais, humanas e saúde, estavam até pouco tempo sob domínio de métodos eurocêtricos, cartesianos, evolucionismo social e darwinismo social, que tomam a realidade social europeia como modelo para desenvolvimento de outras sociedades. Com a emergência de outras produções científicas, fora dos territórios europeus, o pensamento universal começou sendo questionado por outras teorias possíveis. Cusicanqui (2010) destaca que estas pequenas categorias ou histórias coloniais que estão presentes ainda no séc. XXI e que às vezes nos apropriamos para explicar as nossas realidades, operam como uma forma de reprodução da colonialidade do poder, que precisamos ficar atento.

Este artigo está dividido em duas partes, na primeira procuramos discutir como autores/as definem o que seria o trabalho informal no contexto no qual estão falando. Como destaca Cerqueira (2008), a definição do que seria informalidade deveria ser pensada a partir dos contextos específicos, porque algumas categorias de trabalhos que existem nos países ditos “economia emergentes”, apresentam incongruência ao defini-la assim. Na segunda parte apresentaremos uma proposta sociológica, denominada “Economia do Cotidiano”, para pensar as categorias de trabalhos realizados nos interiores da Guiné-Bissau, e que escapam da comparação binária cunhada durante a dominação imperialista das sociedades africanas. Com isso, trazemos duas formas de trabalhos - comerciante e bideira - para mostrar como estas incorporam várias outras formas dos trabalhos. Essa discussão demonstrou que o capitalismo opera de maneira diferente em cada contexto e os trabalhos ou instituições pré-coloniais resistem ainda à penetração capitalista.

OS TENSIONAMENTOS ENTRE O CONCEITO DA INFORMALIDADE E REALIDADE DO SUL GLOBAL

A economia da Guiné Bissau se baseia na exploração dos recursos naturais, pesca e agricultura, que se configuram como um recurso interno bruto (AFONSO, 2005). A Agricultura ocupa 50% do PIB no país, com mais de 83% da população atuando neste espaço e corresponde a 93% de produtos exportados do país. Este setor possui três categorias ou classe de trabalhadores, uns

denominados de pequenos produtores, que são pessoas de tabancas, que totalizam 90.000 da população da Guiné-Bissau, vivem na zona rural, e efetuam várias modalidades de trabalho: pesca, economia solidária e familiar (PAN/LCD, 2006 apud REGALLA, 2010). A outra categoria é denominada de “ponteiros” e emergiu depois da independência. São pessoas que receberam grande parte de terra pelo Estado para produção (REGALLA, 2010). O que conhecemos como ponteiro no pós-independência, é diferente do que vemos atualmente. A terceira categoria é conhecida como tabanqueiros, e agrega hoje características de ponteiro, pequeno agricultor, tudo está bem imbricando entre si, o que torna muito difícil diferenciá-los. As interligações dessas categorias de trabalhos na atualidade, implicam na forma direta de classificação binária do trabalho, uma vez que, o ponteiro agrega agora as outras categorias, tabanqueiros, pequenos agricultores.

Os estudos sobre a problemática do trabalho informal no campo da sociologia, mostram as dificuldades de se operar este conceito devido à complexidade com a qual o mesmo é tratado. Esta complexidade pode ter origem primeiramente, devido aos diversos critérios adotados para se definir e medir aquilo que em cada grupo social se entende por informalidade, a partir de seu modo de atuação ou apresentação em cada contexto social, por isso que não dá para usar termo de forma homogênea. Para uma sociedade onde o assalariamento não é a única forma de sobrevivência de sujeitos, o conceito se torna complexo quando tentamos entendê-lo usando os contextos Norte Americano e ocidentais.

Aqui não pretendemos criticar o uso da palavra para referir estes tipos de trabalhos, porque mesmo criticá-los não vai mudar as formas precárias de trabalho. Pretendo mostrar que em certos contextos o que se denomina de trabalho formal, em outros contextos apresenta inconsistência, devido a própria precariedade, a exemplo dos setores públicos em Guiné-Bissau, onde os funcionários da estatal trabalham numa condição precária, com salários baixos, sem receber devidamente (salários), devido a corrupção instaurada no país.

Outro exemplo que ajuda a compreender os limites da classificação formal/informal na Guiné Bissau está relacionado as pessoas que possuem

grandes quantidades de cabeças de gados e terras com plantações de cajueiros. Não podemos denominá-los de agricultores e fazendeiros, porque suas especificidades não se encaixariam na definição do que seria estas categorias. Primeiro, ao mesmo tempo que os gados possuem valor comercial, tem também o valor cultural, quanto mais quantidades dos gados mais status na comunidade.

As produções não são feitas de modo contínuo, as plantações de caju possuem o tempo específico. As pessoas aqui acabam incorporando várias categorias de trabalho, uma hora agricultor, outra hora pescador artesão, quando acaba o período da castanha de caju, assim sucessivamente, por isso que as classificações exógenas podem mais atrapalhar do que ajudar (DRUCK, 2004). Talvez a categoria “ponteiro” em que se encontram várias categorias de trabalho na atualidade guineense possa explicar melhor essas imbricações de sujeitos que desenvolvem várias lógicas de trabalho ao mesmo tempo.

Jacques Chames (1997), enfatiza que o conceito da informalidade surgiu no começo do ano 70, como forma de denominar as economias dos países de terceiro mundo a partir de um olhar Europeu com relação a estes países. Este foi ano que muitos países africanos estavam em processo de independência contra a dominação colonial dos países Europeus. Segundo Fernandes (2012), as dicotomias da diferença surgidas no período da colonização para caracterização do outro diferente deles - civilizado/índigena, industrial/artesanal -, e que continua presente na contemporaneidade, foram criadas pela colonialidade do poder para hierarquização das suas posições sociais em relação ao outro. Tais dicotomizações não dão conta da realidade e vivências subjetivas de sujeitos sociais (QUIJANO, 2009). A experiência social dos sujeitos neste contexto vai além dos limites impostos por estas lógicas de produção não existente, pertencente à colonialidade do poder (FERNANDES, 2012).

A informalidade não é um conceito neutro, dentro do aspecto apresentado acima, faz parte desta mesma lógica dualista da colonialidade do poder, existe porque possui um oposto superior, o formal. Em sua obra “Ch’ixihakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores” Cusicanqui (2010) faz uma denúncia epistêmica das produções das pequenas narrativas ou histórias contadas pelos colonizadores. Para autora as pequenas categorias coloniais

apropriadas para tentar explicar a realidade do sul global, acabam reproduzindo as mesmas lógicas coloniais de classificação dualista. A categoria informal usada para descrever as formas dos trabalhos no sul global não escapa dessa lógica colonial de descrever o outro como insuficientes, incapazes, improdutivos etc. As categorias exógenas importadas do norte global para classificar os modos de produção ou modelos sociais dos trabalhos do Sul, colocam essas realidades como submissas por não encaixarem nos parâmetros usados para denominá-los. Existem muitas experiências dos trabalhos nestes contextos que escapam destes binarismos advindos dos modos de produção do conhecimento cartesiano.

Quando olhamos para experiências de “tabanqueiros”, “lavradores” e “novos ponteiros”, percebemos que estas formas de trabalho não conseguem ser captadas pelo conceito do que seria formal ou informal, pois estão fora da lógica de assalariamento tomado como parâmetro para explicar a classificação trabalhista nas sociedades capitalistas. Estas formas de trabalhos acontecem em sua maioria nos interiores do país e são modos de produção pré-colonial, isso quer dizer que são primeiras formas de trabalhos antes da invasão colonial. Embora o assalariamento tenha sido incorporado a elas, a troca dos produtos produzidos entre os sujeitos sem envolver o valor monetário permaneceu. Nesse sentido, compreende-se que essa incorporação não apaga outras formas de relação de produção, por este motivo não podemos classificá-los a partir do padrão ocidental. Como alega Cerqueira (2008), a compreensão do que seria a informalidade não deve tomar somente a questão econômica como base para caracterizar o que seria o trabalho formal e informal, mas precisa olhar para economia local, crenças e costumes.

Os trabalhos precários desenvolvidos pelos sujeitos onde o assalariamento é o principal modo de sobrevivência, pode ser considerado informal por conta dos contextos sociais que os sujeitos se encontram. Na capital Bissau, onde há muitas instituições modernas, a relação do sujeito com o trabalho é diferente daquela vivida pelos sujeitos na zona rural, onde os trabalhos são desenvolvidos em base coletiva e solidária, a principal moeda de troca pode ser os próprios produtos produzidos pelos estes sujeitos ou dinheiro. Mesmo que seja uma economia solidária e familiar, isso não pode ser entendido como informal.

Thiago Brandão Peres (2015), apresenta duas suposições sobre o conceito: primeira, a informalidade pode ser pensada como uma resposta popular espontânea e criativa em sociedades onde há pouca generalização de assalariamento; a segunda definição compreende a informalidade ou trabalho informal como o sinônimo de precariedade e vulnerabilidade de sujeitos sociais ou escassez dos postos dos trabalhos.

A segunda suposição de Thiago Brandão Peres (2015) dialoga com as reflexões do sociólogo guineense Miguel de Barros (2014), que compreende o trabalho informal como precário por não garantir segurança social. Patrícia Godinho Gomes (2012), no seu artigo sobre as mulheres no setor informal, possui os mesmos entendimentos sobre a informalidade, associando aos trabalhos precários que não possuem nenhum vínculo institucional. Os dois trabalhos são muito importantes para compreensão da dinâmica do mercado em Bissau, em que as formas de trabalho realizadas pelos sujeitos são, como diz Barros e Godinho, precárias, à exemplo das mulheres bideiras que pegam quantidades de peixes da mão de pescadores para vender e depois devolver o dinheiro, ficando somente com um pequeno de lucro.

Segundo as análises feitas por Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral (2004), em pesquisa realizada na Região Metropolitana de Salvador (PED) cujo objetivo foi confrontar os distintos conceitos sobre a noção de informalidade e trabalho informal encontrados nas diferentes teorias de economia e sociologia de trabalho, o conceito de informalidade existente ou as regras usadas para caracterizar a informalidade na contemporaneidade podem mais confundir do que ajudar a entender as dinâmicas do mercado de trabalho. Isso porque os parâmetros usados para caracterizar os trabalhos informais, se baseiam nas formas capitalista de organização de trabalho, que invisibiliza outras formas de produção que estão fora do padrão estabelecido pela forma de produção moderna colonial. Os autores utilizaram diferentes caracterizações da informalidade ao longo do tempo para analisar a realidade pesquisada. A primeira caracterização se deu no início do ano 70, quando as formas de trabalhos não captadas pela acumulação capitalista eram consideradas como informais. (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL,

2004).

De acordo com autores/as acima citados, a pesquisa realizada no Quênia pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sofreu muitas críticas por parte de alguns pesquisadores/as, primeiro porque tomou como problema para o alto número de informalidade o crescimento demográfico da população no final dos anos 60 no país, o que gerou caos no mercado. Contudo, esqueceram de colocar a colonização como principal problema, porque o país tornou-se independente apenas em 1963, não tendo como superar o longo processo de escravização até o momento da pesquisa na década de 1970, momento da pesquisa.

Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral (2004), vão salientar que esta forma de caracterização do que seria informal no início décadas 70, foi cunhado pelos países de norte global para denominar aqueles países de economia emergentes que estavam saindo da colonização dos países centrais. Então, percebe-se que o conceito herdou a dicotomia de dualidade empregada nos outros povos durante a colonização. A teoria dualista usada para caracterizar os trabalhos que estão fora dos registros institucionais, repete a velha forma do estatuto Indigenato, uma vez que, durante o processo da colonização os que resistiam à dominação eram considerados bárbaros, selvagens, incivilizados etc. Tudo o que não obedecia a normas ou regras impostas não era racional a partir dessas perspectivas eurocêntricas.

A segunda forma de caracterização do que seria a informalidade ou trabalho informal no final da década 70 é baseado na natureza jurídica legal/ilegal; todos os trabalhos registrados institucionalmente são considerados formais dentro desta lógica, aqueles que não são registrados são diferenciados como ilegais porque não possui o padrão da legalidade dentro deste contexto de modernidade (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004). Segundo os mesmos esta forma de descrição legal/ilegal ou economia registrada/ economia subterrânea surgiu nos países centrais no período pós-guerras, as maiorias adotaram o modelo do Estado de bem-estar, mas com a crise do modelo fordista e o processo de liberação econômica, abriu-se o caminho para os trabalhos ilegais nos países centrais.

Já terceira e última forma de descrição apresentada no artigo de Luis A. M.



Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral, é baseada na primeira e a segunda forma de caracterização da informalidade, que apresentamos acima, esta forma de descrição reforça tanto o que foi produzido no final do ano 60 e o final de 70 sobre a informalidade. Este aspecto de descrição da informalidade ou trabalho informal é considerado como a nova informalidade, surgida nos anos 90, com advento da globalização.

Percebe-se que as formas de caracterização do trabalho informal, ainda se encontra configurada dentro de parâmetros de colonialidade do poder (QUIJANO, 2009). As três definições trazidas por Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral possuem características dualista para compreender o que seria informalidade dentro de outros contextos, os próprios autores realçam que os conceitos usados para caracterizar os trabalhos informais podem ajudar, assim como também pode atrapalhar algumas análises. Como os contextos sociais apresentam de modo diferente, é importante olhar de forma empírica as realidades que estão sendo pesquisadas.

Segundo Jacques Chames (1997), com toda polêmica levantada com relação ao conceito durante anos, as vezes úteis ou em vão, os parâmetros ou formas descrição sobre o termo continuam destacando todas as atividades não captadas por estatísticas, ou seja, não registradas ou atividades não capitalistas como informais. Segundo o autor, a noção de informalidade ou trabalho informal, era pensada como um estágio de desenvolvimento que todos países do norte global deveriam passar. Para os países centrais do sul global, o desenvolvimento se daria em forma de estágios, por isso se cria uma dicotomia entre industrial e tradicional.

O conceito foi forjado para descrever a realidade dos países do sul global em desenvolvimento (CHAMES, 1997), mas sem levar em conta as especificidades do contexto no qual descreve. Jacques Chames, ao mesmo tempo que aceita o termo para descrever o que seria informalidade nesses contextos dos países em desenvolvimento, faz uma análise importante da realidade dos países centrais com relação à noção do mesmo. Ao mesmo tempo que traz no texto uma cronologia do surgimento do conceito, faz uma ressalva importante sobre os países industrializados nesta época. Segundo Chames

(1997), ao mesmo tempo que tomamos a realidade dos países em desenvolvimento como base do aparecimento da informalidade ou trabalho informal, é bom refletir o processo de construção da industrialização, onde as mulheres e crianças trabalhavam no chão da fábrica numa condição precária e desumana. Até aquele momento não tinha se pensado um conceito para descrever a situação precária vivenciada pelos sujeitos nas indústrias, com uma jornada de trabalho longo e sem proteção social. Nesta época provavelmente fariam que era um modelo de produção que não olhava pela condição social dos sujeitos que ali se encontram. A informalidade surgiu nos meados de 70 para procurar uma justificativa para implementação de políticas de controle monetário, como não possuem mais força para impor a violência nestes contextos, adotaram outras formas de controle ideológico.

Segundo Adair (1997), a teoria dualista defende uma separação entre o formal e informal baseada no critério de superioridade da renda, proteção social e financiamento no mercado de trabalho. Para esta teoria o mercado informal é o oposto deste privilégio dado aos indivíduos que se encontram no mercado formal. Ao mesmo tempo que o autor anuncia os critérios ou preceitos usados para descrever a informalidade, problematiza quais as unidades de análise utilizadas para aquelas realidades que estão fora do padrão moderno colonial ou “qual é o critério de demarcação pertinente entre o informal e o formal: a dimensão da atividade ou a obediência à lei?” (ADAIR, 1997, 103p).

[...] o estatuto dos trabalhadores não assalariados levanta um problema de classificação delicada. Os independentes podem ser considerados como (micro) empresas, sob o ponto de vista da produção, e conviria, então, adotar-se um critério de dimensão; ou eles são classificados entre os membros das unidades familiares e devem ser claramente distintos dos ajudantes familiares mais distantes? (ADAIR, 1997, 103p).

Adair mostra a complexidade que se tem nas metodologias usadas para descrever o que seria informalidade, se seguir por contexto da dimensão de produção não faz sentido. Em pesquisa realizada na África subsaariana, o autor demonstra a dimensão de produção e ganhos salarial de pessoas ou empresas familiares que não são registradas ou são consideradas ilegais segundo a lei fiscal do mercado, demonstra ainda que os sujeitos sociais que são denominados

informais possui os ganhos salarial maior em relação aos assalariados de função pública.

A partir das definições teóricas a respeito do conceito da informalidade apresentadas acima, podemos perceber que a construção do termo segue o padrão moderno/colonial usado pela colonialidade do poder para descrever as realidades sociais diferentes. Neste processo acaba invisibilizando outras experiências sociais vividas por grupos que afirmam que o assalariamento não é a única forma de sobrevivência. Para melhor compreensão destas realidades sociais que incorporam várias formas de trabalhos e produções, pré-colonial e moderno/capitalista, denominaremos de economia do cotidiano, para não repetir as mesmas lógicas dualistas que seguem o padrão colonial de classificação. Primeiramente caracterizamos o termo ou conceito que escolhemos para descrever estas realidades sociais que a categoria exógena não consegue descrever imparcialmente.

A ECONOMIA DO COTIDIANO COMO FORMA DE PENSAR ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO NESTES CONTEXTOS

Um termo que talvez defina melhor o contexto do trabalho na Guiné-Bissau é o de “Economia do Cotidiano”, usado pelo canal Bissau online durante o período da pandemia de covid-19 para descrever aqueles sujeitos que levavam as suas mercadorias para vender no maior mercado do capital (Bandim). Neste artigo acionamos o termo como um conceito sociológico para descrever o contexto da Guiné-Bissau, onde a forma de trabalho abrange a dimensão pré-colonial e moderna, que escapa a classificação dualista realizada a partir do ponto de vista eurocêntrico. Tomar a realidade ocidental como parâmetro para medir outras dimensões do trabalho, que incorporam várias lógicas de organização interna limita o campo de análise. Por que uso a expressão “economia do cotidiano”? Dentro dessa lógica de dualismo entre civilizado e selvagem, formal e informal, moderno e tradicional, mina-se qualquer que seja a lógica produtiva que está fora do padrão eurocêntrico estabelecido. Como vimos no tópico anterior, o assalariamento servirá como modo de medição dos trabalhos que podem ser considerados formais e informais dentro desse modo econômico

vigente. Para as sociedades do sul global onde predominam ainda forma de trabalho pré-colonial ou pré-moderno se fazem presente, esse binarismo não dá conta da explicação características desses trabalhos que possuem muitas faces.

A dinâmica da organização do trabalho nestes contextos foge da interpretação dualista produzida a partir das sociedades ocidentais que tomam a industrialização como o principal marco para estabelecer as formas de trabalhos assalariados como mecanismos de integração. Minando outras formas de organização de trabalho que existiam antes do atual modelo vigente, denominando-as com as conotações coloniais e pejorativas.

As realidades do sul global, tanta economia capitalista como economias pré-coloniais continuam fazendo presente no modo como as pessoas se relacionam entre si. Os modos de produção baseada em troca de mercadoria em forma de solidariedade de comunidade, faz-se presente até os dias atuais nos países africanos. O capitalismo nos países africanos, encontra ainda a resistência dos modos de produção pré-coloniais, principalmente na Guiné-Bissau nos interiores, onde os sujeitos não dependem do trabalho assalariado para sobrevivência.

Primeiramente, caracterizamos as formas como os sujeitos se organizam dentro deste modo, diferente do que costumamos enxergar a partir do modo de produção capitalista, que organiza de forma diferente do que nós estamos colocando aqui. É importante destacar que o que estamos colocando aqui não é novo, é uma forma de organização social existente antes do que conhecemos hoje, que foi sendo expurgado pelo atual modo de produção capitalista. Depois de apresentarmos a forma como essa economia do cotidiano se organiza, traremos os exemplos dos trabalhos que muitas das vezes, por falta de variáveis para classificá-los, acabam sendo classificados como informais, a partir de uma visão eurocêntrica.

Podemos caracterizar essas formas organizações a partir de três dimensões:

1. Primeiro, esse modelo não é cumulativo. Opera como uma forma de subsistência, que pode ser realizado individualmente ou coletivamente. Diferente de uma perspectiva capitalista, onde visa-se mais os lucros através da exploração de força de trabalho dos outros. Como as terras

às vezes pertencem ao núcleo familiar herdado dos avós ou de um sujeito que possuem vários filhos, os trabalhos ou riquezas são partilhadas para o bem comum de todos. Outras características que podemos destacar é com relação à "propriedade privada", segundo Mafeje (1991), lido a partir de Borges et al (2015), não existia o sujeito dono de espaço, mas sim pertencente aquela terra. O autor, critica o modelo binário de classificação empregado pela ciência moderna europeia e chamava de ideologia do tribalismo. Além disso, Mafeje desconstrói a ideia de propriedade privada, onde os sujeitos possuíam controle política da terra, como um território na qual um determinado grupo social pertence.

2. A relação de subjetividade com o meio na qual extraem recursos. Os sujeitos mantêm uma relação de subjetividade com meio na qual produzem, como aponta Borges et al (2015) quando traz as escritas do Mafeje sobre a propriedade privada, que destaca que a terra não pertence às pessoas, mas eles às pertencem. O modo na qual se relaciona com este espaço difere completamente como se apropriam do modelo capitalista. Ailton Krenak (2019) destaca que os recursos naturais são seres vivos pertencentes ao mesmo espaço que vivemos. Olhar passivo que temos com relação a terra, como espaço parado no tempo, esperando a ser submetido a novo escrutínio.
3. Incorporação de várias formas de trocas de mercadoria. A economia do cotidiano incorpora várias lógicas do trabalho, que podem ser por via do dinheiro como forma de troca e as próprias mercadorias podem servir para fazerem troca. Como acontece nos "LUMOS". As pessoas se encontram num determinado espaço para venderem seus produtos ou trocar com outros produtos que não possuem na sua terra. Por possuir estas características em forma de troca que não acontece somente por sistema monetária, escapa deste sistema dualista de classificação.

As três características acima apresentadas demonstram que existem muitas formas de produção no contexto da Guiné-Bissau. Assim, quando

paramos para analisar, percebemos que os termos exógenos usados no trabalho ou relações de trabalho na Guiné-Bissau são improdutivo e apresentam equívocos. Como bem aponta Mafeje (1963) apud Borges et al (2015), estas categorizações têm por finalidade tirar a “humanidade comum” do outro. Se no passado serviu de justificativa para a invasão, no presente funciona como um tipo de barreiras ideológicas. O nosso trabalho não é repetir as mesmas lógicas, mas sim entender estas experiências a partir do seu contexto de produção. Traremos dois tipos de trabalhos que podemos compreender como economia do cotidiano, o termo sim colocado por nós para caracterizar os trabalhos que escapam da dualidade.

Trazemos agora o trabalho das Bideiras para pensar como um olhar equivocado para esta forma de trabalho compromete a real compreensão desta forma organizacional de economia do cotidiano. Embora tenha predominância nas atividades realizadas por mulheres na Guiné Bissau, Bideira (guintis di bida) é um termo frequentemente usado para denominar alguns trabalhadores/as que batalham no dia a dia para manter a sua família ou se assegurar a sua sobrevivência sem auxílio do governo e pode configurar como trabalho autônomo. Esse termo abrange grande números de tipos de trabalhos, que podem ser classificados como precários e estáveis. Contudo, assim como em trabalhos de horticultura e agricultura familiar, que são praticados pelas mulheres guineense, estas podem desempenhar dois papéis ao mesmo tempo: o de produtora e vendedora; há mulheres que trabalham com vendas de produtos importados da Europa e países vizinhos e para tanto viajam para Europa e Brasil à procura de produtos (roupa, sapatos, colares etc.), para revender. Estas mulheres costumam ter vidas estáveis. Há ainda mulheres bideiras que importam produtos nacionais (cabeceira, veludo, foroba, camarão defumado) em voos para Cabo-verde. Outras vendem seus produtos de forma precária no mercado de capital.

Achar que todas as bideiras são precárias é um equívoco, porque nem todas estão no mesmo nível de status quo. Essa caracterização destes grupos de trabalhos que se encontra dentro do termo bideira, é para mostrar que não cabe a explicação dualista eurocêntrica em contextos africanos, sobretudo a

Guiné-Bissau para caracterizar a forma de organização do trabalho. Talvez possamos dizer que a expressão esteja muito mais relacionada a exaltação da pessoa, o orgulho de estar trabalhando, sobretudo para as mulheres chefes de família.

Outro tipo de trabalho também que é complexo classificá-lo a partir dessa lógica dualista é o de comerciante, porque embora possua certa hierarquização, todos detêm alvará de reconhecimento dado pelo Estado como contribuinte. Mas, enquanto alguns estão numa condição bem precária, não os permite disputar com os grandes comerciantes de arroz dos países vizinhos, por exemplo. Outros possuem várias redes de estabelecimentos ou abrem espaços em suas casas. O poder econômico que vai determinar os status entre esses grupos. A partir disso, torna-se difícil caracterizá-los a partir dualismo. Se for trabalhar com as condições das pessoas, para classificá-los em forma dualista, vai ser obrigado também a fazer a mesma inferência lógica no aparelho do Estado, porque possuem trabalhos também precários no aparelho público do País.

Dentro da categoria acima citado, nota-se que existem várias formas de trabalhos que podem ser considerados precários e outros estáveis, que escapa a classificação binária eurocêntrica, que precisa ser entendido a partir do seu próprio contexto, não importando conceitos para explicar outras realidades sociais.

Os termos produzidos a partir de uma visão exógena não dão conta das intersecções do trabalho em contextos africanos, mesmo com os processos da globalização, ainda dinâmicas de trabalhos atrelados aos grupos étnicos que atuam independentemente do capital. As formas de organização econômica entre os grupos sociais organizados de modo vertical e horizontal, apontado pelo Lopes (1988), continua fazendo presente até os dias atuais.

CONCLUSÃO

No decorrer do texto buscamos demonstrar os limites da teoria dualista eurocêntrica sobre as realidades sociais do sul global, especialmente da Guiné-Bissau. Percebemos que o conceito da informalidade, comumente empregado para descrever os trabalhos desenvolvidos por sujeitos destes

contextos escapam os binarismos classificatórios.

Buscamos demonstrar como a realidade do trabalho na Guiné-Bissau tensiona o conceito de informalidade, especialmente as formas de trabalho realizadas no interior do país. Autores/as como Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral (2004) e Cerqueira (2008) destacam que o termo não pode ser universalizado porque os hábitos culturais e crenças de cada contexto são diferentes e impactam na organização social. Como funciona dentro da lógica do colonialidade do poder (QUIJANO, 2009), tudo o que não obedece às formas ou regras ocidentais são considerados, inferiores, opostos, descartáveis, irracional, inoperante etc. estes são algumas das categorias coloniais que servirá de base para denominação do outro.

Diante disso, apresentamos no decorrer do artigo que as definições do que seria informalidade apresentam ambiguidades que escapam da lógica dualista eurocêntrica. As formas de trabalho desenvolvidas no interior da Guiné-Bissau não têm o sistema monetário como configuração única de troca de produções, ainda se faz presente as antigas práticas pré-coloniais. Essa interligação entre o modo capitalista e pré-colonial, impossibilita a descrição de algumas categorias de trabalhos nestas localidades, a partir da categoria dualista, visto que, há uma resistência ao modo capitalista. Então, entendemos que a ideia de informalidade não dá conta da realidade guineense, que precisa ser entendida endogenamente. Para tanto, nos apropriamos do termo “economia do cotidiano” que durante a pandemia foi usado para nominar alguns trabalhadores/as, que enfrentaram muitas dificuldades.

Utilizamos o termo “economia do cotidiano”, acionado aqui enquanto categoria sociológica, para descrever as formas de trabalhos que escapam da classificação colonial, de forma atentar evitar a reprodução das mesmas lógicas da colonialidade do poder. As realidades sociais ou formas de organização social precisam ser entendido a partir da sua própria localidade, muitas das vezes, a importação do conceito ou termo de lugar para compreender outro, acaba não levando em conta as especificidades do local ou região.

Um desafio colocado pela teoria decolonial é pensar nos desafios de se pesquisas sobre as realidades do sul global desmistificando o olhar construído



socialmente sobre estas realidades durante a colonização, e segundo estas sociedades precisam ser lidas a partir do entendimento dos sujeitos que as habitam, constituindo, dessa forma, teorias locais.

É necessário destacar a importância de trazer as formas de denominação endógenas dos sujeitos sobre as suas realidades ou instituições sociais, a exemplo das categorias bideira, ponteiro, labraduris, tabanqueiros e muitas das outras formas de denominações, para os debates acadêmicos. Confrontados as teorias universais eurocêntricas, que por muito tempo, tem ocupado produzindo teorias que inferiorizam ou colocam os contextos diferentes das realidades ocidentais numa posição de subalternos. Portanto, as formas de denominação produzidos pelos sujeitos que vivem a realidade, trazidos para debate, é para demonstrar os limites das teorias universais eurocêntricas.

REFERÊNCIAS

ADAIR, Philippe. O setor informal urbano na África. **Ensaio, FEE, Porto Alegre** V.18, n.2. p.100-125, 1997.

BARROS, M. **Economia informal e estratégias juvenis em contexto de contingência**. INEP/Guiné-Bissau, 2010.

BORGES, Antonádia et al. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30 Número 2 Maio/Agosto 2015.

CERQUEIRA, Eder da Silva. Considerações acerca do conceito de informalidade. **Periódicos, UFMG**, 2008.

CHAMES, Jacques. O setor informal na África: um crescimento que não significa marginalização. **Ensaio FEE, Porto Alegre**, V.18, n.2. p.64-99, 1997.



FERNANDES, Raul Mendes. **O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau**. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade, 30 de abril de 2012, Universidade de Coimbra.

FILGUEIRAS, Luiz A.M; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O CONCEITO DE INFORMALIDADE: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH, Salvador**, v.17 n.211-229, p. Mai/Agos. 2004.

GOMES, Patrícia Godinho. **As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau**. 29/02/12. Disponível em:
http://www.academia.edu/5130097/As_mulheres_do_sector_informal._Experi%C3%A0Anci> Acesso: 04/2022.

GROSGUÉL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências sociais. nº80. p.p 115-147. Março, 2008.

PEREZ, Thiago Brandão. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, julho a dezembro de 2015.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria de Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

RANGEL, Felipe. **O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho**. Dissertação de Mestrado (Sociologia). UFSCar, 2015.

REGALLA, Aissa. **Inventário das necessidades prioritárias de reforço de capacidades para a gestão de ambiente nacional e mundial**. 2010. 70 p.

RIVERA, Cusicanqui Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores** - 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 80 p.

SANTOS, B. de S., & MENESES, M. P. (Orgs.) (2010). ***Epistemologias do Sul*** (2ª edição). Coimbra: Almedina, CES.

